



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Experiências do tempo e laços identitários nos periódicos mineiros *Abelha do Itaculuny* e *O Universal* (1824-1827)¹

Carolina de Oliveira Silva Othero²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções de história, a experiência do tempo e as apropriações do passado presentes nos jornais mineiros *Abelha do Itaculuny* e *O Universal*, entre os anos de 1824 e 1827. Este esforço está inserido num conjunto de pesquisas mais amplo que investiga as relações entre escrita da história e temporalidade no Império Brasileiro, bem como compreender de que forma o movimento de independência e a configuração de um novo corpo político alteraram as formas de experimentação do tempo. Buscou-se entender quais narrativas acerca do passado circulavam na imprensa periódica mineira e como elas estavam relacionadas com os posicionamentos políticos dos jornais. Esses problemas foram pensados dentro do campo teórico-metodológico da história dos conceitos de Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: imprensa periódica mineira; experiência do tempo; história dos conceitos.

Abstract: This work aims to analyze the conceptions of history, the experience of time and the uses of the past in Minas Gerais' newspapers *Abelha do Itaculuny* and *O Universal*, among the period of 1824 and 1827. This effort is part of a broader set of researches that investigates the relationship between temporality and the write of history, trying to comprehend how the independent movement and the creation of a new political community shaped and changed the way time was experienced. The objective was to understand the narratives about the past that circulated in the press and how they were related to the political positions of the newspapers. These problems was though inside de theoretic and methodological field of Kosleek's conceptual history.

Keywords: Minas Gerais' periodical press; time experience; conceptual history.

Introdução

O historiador Valdei Lopes de Araújo, num artigo dedicado a pensar a formação da autoconsciência moderna no império brasileiro, afirmou que “os tempos modernos foram moldados no Brasil a partir da experiência central da emancipação política e da formação nacional” (2008b, p. 109). A partir do diálogo com a história dos conceitos e com a teoria da modernidade de Reinhart Koselleck, Araújo analisou textos de José Bonifácio e da geração romântica brasileira, evidenciando uma crescente aceleração do tempo, ou seja, um aumento da dissimetria entre horizonte de expectativa e espaço de experiência, bem como uma profunda historicização da realidade ao longo do século XIX. Buscando contribuir com essa

¹ Artigo desenvolvido a partir de pesquisas realizadas enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Projeto “Concepções de História e apropriações do passado colonial na imprensa brasileira: do período joanino ao primeiro reinado (1808-1831)”, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta.

² Mestranda pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: carol_othero@yahoo.com.br.

investigação das relações entre escrita da história e temporalidade no Império Brasileiro, este artigo analisará as concepções de história, a experiência do tempo e as apropriações do passado presentes nos jornais mineiros *Abelha do Itaculuny* e *O Universal*, entre os anos de 1824 e 1827. A hipótese que orientou a escolha dos jornais é a de que, alargando-se o escopo de análise para pensarmos também a escrita da história nas províncias, novos problemas poderiam emergir.

Os dois periódicos mineiros serão analisados a partir das seguintes questões: qual o lugar que o passado e a história assumiram num momento de reconstrução e ressignificação de laços identitários? Como os diferentes projetos para uma nova ordem imperial influenciaram nos modos de se conceber a história? Para se responder a esses questionamentos, foram investigados os significados e usos de conceitos que desempenharam funções importantes na estrutura discursiva de ambos os jornais. Primeiramente, para se compreender a experiência do tempo nas páginas dos periódicos, abordaremos os conceitos de colônia e revolução. Em um segundo momento do texto, os conceitos de pátria, nação e república serão analisados para se pensar as configurações das identidades coletivas e como elas se apropriaram do passado. Mais do que termos que dão acesso a um determinado contexto político e discursivo, esses conceitos foram analisados como “força ativa nas lutas semânticas para a significação da estrutura social” (KOSELLECK, 2006, p. 102), no contexto de construção de um novo corpo político.

A imprensa periódica mineira: *Abelha do Itaculuny* e *O Universal*

Antes de abordar a experiência do tempo, os usos e significados dos conceitos nos periódicos, é importante localizá-los temporal, espacial e politicamente. O periódico *Abelha do Itaculuny* circulou na província de Minas Gerais entre 14 de janeiro de 1824 e 11 de julho de 1825, sendo que saía três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas e possuía quatro páginas, no formato 16 x 25 cm (MENDES, 2005, p. 11). O periódico *O Universal*, por sua vez, circulou na província entre 18 de julho de 1825 e 30 de maio de 1842³, uma existência excepcionalmente longa para a imprensa do período. Ele tinha a mesma periodicidade e

³A principal fonte de dados sobre os periódicos mineiros do Primeiro Reinado foi a dissertação de mestrado de Raphael Rocha de Almeida. O objetivo da dissertação foi o de pensar a emergência de uma esfera política pública na província de Minas Gerais, analisando não apenas o *Abelha do Itaculuny* e *O Universal*, mas também outros periódicos que circularam na província entre 1824 e 1831. Cf. ALMEIDA, Raphael Rocha. Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831). Belo Horizonte: UFMG, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

formato do periódico *Abelha do Itaculamy*. Os dois jornais eram impressos em Ouro Preto, na tipografia “Officina Patrícia e Barbosa e Cia”, pertencente a Manoel José Barbosa. O redator do *Universal*, no período aqui contemplado, e importante colaborador do *Abelha* foi Bernardo Pereira de Vasconcelos⁴, que desempenhou importantes cargos político-administrativos tanto na província de Minas Gerais quanto na Corte, sendo um importante representante dos liberais-moderados na Assembleia Nacional.

Como aponta Guimarães (2007), na análise de um periódico como fonte primária, é indispensável considerar o seu momento de emergência e as circunstâncias de sua impressão. Entre 1823 e 1831, circularam em Minas Gerais vinte periódicos, sendo que mais da metade deles foi publicada em Ouro Preto, capital e centro político da Província (ALMEIDA, 2008, p. 24). A imprensa periódica era, no início dos oitocentos, um dos principais mecanismos de participação política, uma vez que ela foi veículo de debates que conformaram um novo vocabulário político diante dos desafios de se construir uma nova ordem baseada no constitucionalismo liberal (ALMEIDA, 2008, p. 14). Não por acaso, os diferentes grupos políticos, liberais moderados, liberais exaltados e conservadores, tinham seus próprios periódicos, através dos quais defendiam suas ideias e posições. Dessa forma, a imprensa não pode ser pensada como um simples registro de acontecimentos, mas sim como força ativa. Nesse sentido, os jornais mais do que fontes primárias que nos dão acesso aos vocabulários e conceitos políticos de uma época, são agentes ativos na construção desse vocabulário.

Outro aspecto importante a se ressaltar são as estritas relações mantidas entre os periódicos e outros espaços políticos e de sociabilidade: eles publicavam determinações e documentos das Câmaras Municipais e da Assembleia Legislativa Provincial, decretos da Corte, discursos de políticos, além de manter uma aproximação com os teatros, divulgando e comentando os espetáculos e as reações do público. Assim, fica claro como a imprensa conjugava-se com as instâncias do poder provincial e era espaço para prolongamento e publicização de discussões. A própria estrutura dos jornais corroborava para incentivar os debates políticos, uma vez que os leitores tinham voz na seção de correspondências e, além

⁴Segundo Rezende (2009), Bernardo Pereira de Vasconcelos foi redator do *Universal* até 1835, momento a partir do qual o jornal assumiu uma postura mais conservadora. A informação de que Vasconcelos seria o editor do jornal foi divulgada primeiramente por José Pedro Xavier da Veiga em 1887, sendo que essa versão tem prevalecido nos estudos sobre a imprensa mineira. Mendes (2005), por sua vez, afirma que Vasconcelos esteve à frente do *Universal* até 1833. Em relação ao *Abelha do Itaculamy*, Almeida (2008) aponta para a amizade existente entre o dono da tipografia “Officina Patrícia e Barbosa e Cia” e Vasconcelos, o que permitiu que esse fosse um dos principais colaboradores do periódico. Essas dificuldades em se verificar a identidade dos redatores e dos colaboradores dos periódicos é um problema comum nas pesquisas sobre os primeiros jornais que circularam na província de Minas Gerais, uma vez que os redatores não se identificavam e muitos dos colaboradores e leitores que escreviam para os jornais usavam pseudônimos.

dos decretos governamentais, era comum os redatores transcreverem trechos inteiros de periódicos provenientes de outras cidades de Minas Gerais, da Corte e até mesmo de outros países. Essa multiplicidade de vozes permite ao historiador ter acesso não apenas às representações do passado e expectativas de futuro do redator, mas também dos leitores e de outros redatores. Em busca dessa polifonia de vozes, optou-se pela análise dos periódicos aqui considerados em sua totalidade e não de apenas algumas seções específicas. Analisou-se, portanto, em ambos os periódicos não apenas as notícias redigidas pelos redatores e colaboradores, mas também as cartas dos leitores e os trechos transcritos de outros jornais do período⁵.

O Universal e Abelha de Itaculamy possuíam os mesmos posicionamentos políticos, recorrentemente explicitados nos escritos dos redatores. Os jornais se associavam a uma vertente política liberal-moderada, que atuou na província desde o processo de Independência e que passou a ser o posicionamento político hegemônico após o Regresso Conservador (ALMEIDA, 2008, 24-25). Os liberais moderados defendiam, em linhas gerais, que a soberania deveria ser compartilhada entre o imperador e a Assembleia Legislativa, sendo que o Executivo deveria ser forte o suficiente para afastar tendências democráticas consideradas desagregadoras (NEVES, 2011, p. 102).

Ambos os jornais acompanharam os debates acerca da Assembleia Constituinte e receberam com muito entusiasmo a Constituição de 1824. Na primeira edição do *Abelha*, o redator expôs de forma bem clara o posicionamento do periódico:

Nosso caráter não é absolutamente desconhecido (...) não nos deslumbra o europeu de um liberalismo exaltado; e menos nos aviltam servis condescendências: amamos a *moderação* e afincadamente a Justiça; encaramos sempre a Liberdade debaixo daquele ponto de vista, em que convém ao Cidadão (...); porque quem ignora que a *liberdade desenfreada transforma muitas vezes o homem das melhores disposições e monstro feroz*?⁶.

De forma semelhante, foi transcrito no *Universal*, do dia 7 de setembro de 1825, um trecho do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, afirmando que:

⁵ Como apontado anteriormente, o *Abelha do Itaculamy* circulou entre janeiro de 1824 e julho de 1825, período no qual foram publicados 235 exemplares do jornal. Em relação ao periódico *O Universal*, a pesquisa se debruçou sobre os dois primeiros anos de circulação do jornal, entre julho de 1825 e dezembro de 1827, período no qual foram publicados 385 exemplares. Diante da grande quantidade de exemplares, a estratégia utilizada durante a análise foi a utilização da ferramenta de busca de palavras da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Além dos conceitos aqui analisados, “colônia”, “revolução”, “pátria”, “nação” e “república”, foram pesquisadas palavras que pudessem remeter a eles – como colonial, patriotismo e patriota -, bem como termos que pudessem ajudar a pensar a forma como o tempo era experimentado, entre eles, “passado” e “experiência”.

⁶ *Abelha do Itaculamy*, Ouro Preto, 12 de janeiro de 1824, p. 1 (grifos nossos).

O Império está reconhecido como Nação Independente (...). Este governo é responsável; o povo tem liberdade na escolha de seus representantes; a imprensa é livre, e ninguém pode ser vítima de prisões arbitrárias. (...). *Mais liberdade, é anarquia, menos liberdade é despotismo*; deste meio termo há só que esperar frutos sazonados, isto é, Leis salutares, e instituições benéficas⁷.

Ambos os trechos evidenciam o posicionamento dos redatores, que condenava tanto os absolutistas, geralmente denominados pejorativamente de “Corcundas”, como os “exaltados” que lutavam por uma menor concentração de poder nas mãos do Imperador.

Outro traço marcante dos periódicos era a forma como eles se representavam como veículos de ilustração dos mineiros. Havia um diálogo constante com a tradição iluminista francesa que acreditava na emancipação humana e no aperfeiçoamento moral através da razão e do conhecimento. Os termos “Luzes”, “ilustrar” e “ilustração” eram recorrentes em ambos os periódicos. A epígrafe do *Universal*, por exemplo, era “*Rien n’est beau que le vrai; le vrai seul est aimable*”, atribuída a Voltaire e o objetivo do jornal era, nas palavras do redator “a ilustração pública” dos mineiros⁸. No entanto, apesar das referências a alguns filósofos, como Montesquieu e Voltaire, percebe-se que o termo ilustração aponta para algo além de um conjunto de ideias filosóficas, indicando mais um estado de civilização que o Brasil deveria alcançar. Esse significado do termo Luzes é perceptível nos elogios do redator do *Universal* às medidas tomadas por D. Pedro, descritas da seguinte maneira: “o Imperador do Brasil vai adiante da Constituição, e da legislatura dos Representantes populares no caminho das inovações necessárias, e uteis, acomodando-as à sabedoria do espírito público, à *ilustração das opiniões e ao progresso das Luzes*”⁹. Essa multiplicidade de sentidos, bem com a recorrência no período dos termos Luzes e Ilustrar, indica, como apontado por Morel, que essas expressões eram

(...) utilizadas de maneira imprecisa e abrigam, em seu bojo, autores, postulados, tendências e ideias bastante diferenciadas entre si, desde as várias vertentes da Ilustração setecentista, passando pelas diferentes fases e modelos da Revolução Francesa e pelos liberalismos das primeiras décadas dos Oitocentos (MOREL, 2005, p. 623).

A experiência do tempo, as funções da história e do passado nos periódicos

Compreender as finalidades atribuídas aos periódicos e suas adesões políticas é fundamental para se pensar as concepções de história presentes em suas páginas. Em ambos os periódicos, as apropriações do passado estavam intimamente relacionadas ao objetivo de

⁷ O *Universal*, Ouro Preto, 7 de setembro de 1825, p. 91 (grifos nossos).

⁸ O *Universal*, Ouro Preto, 18 de julho de 1825, p. 1.

⁹ O *Universal*, Ouro Preto, 17 de agosto de 1825, p. 53 (grifos nossos).

“ilustrar” os leitores e, mais importante ainda, as elites que governam. Os jornais valorizavam o passado como fonte fundamental para a ação política correta, bem informada e ilustrada, sendo que a experiência era mobilizada como um reservatório de exemplos que deveriam guiar a ação no presente. Nesse sentido, os redatores utilizavam-se de expressões como a “experiência nos mostra”, “sanção da experiência”, “a sábia experiência julga” e “está provado pela experiência”¹⁰. Especialmente no *Universal*, o passado aparecia como lugar de referências morais para se guiar a conduta humana. Dois textos veiculados no periódico evidenciam essa forma como o passado é experimentado.

No primeiro deles, o redator argumentava contra a tentativa da província de Mato Grosso de anexar a província de Chiquitos, na atual Bolívia, ao Império do Brasil. O que mais nos interessa aqui é a forma como as experiências da Antiguidade foram utilizadas para justificar o argumento do redator. Ele se questionava:

(...) que ideias tinha o Governo Provisório daquela Província quando aceitou a federação? (...). Em que tempo mostrou o Governo de S.M.I. que tinha intenções agressoras contra os Estados seus conterrâneos? Augusto previu sobre a boca de seu túmulo a queda do Império Romano, se os seus sucessores projetassem levar as Águias além dos marcos em que ficava baseado: a sua previsão realizou-se e o Império passou a ser a presa das Nações obscuras, que rasgaram a púrpura dos Césares. O sistema de invasões, e das conquistas (...) [é] (...) incompatível com o estado de civilização (...). (...) S.M. o Imperador conhece perfeitamente essa verdade¹¹.

Esse trecho evidencia como, para o redator, a experiência de Roma atesta uma lição a ser seguida pelo Governo da Província: expansionismo violento leva à queda de Impérios. Assim, a experiência política da Antiguidade parecia servir também para o presente, que deveria olhar para o passado para não cair no mesmo erro.

Um segundo exemplo demonstra ainda mais essa validade da comparação entre passado e presente. O redator do *Universal*, no jornal do dia 19 de agosto de 1825, teceu uma série de comentários sobre o que ele considerava dois importantes documentos: o discurso inaugural do novo presidente dos Estados Unidos, John Adams, e a anual mensagem do vice-presidente da república da Colômbia dirigida ao Congresso. Para ele, os dois documentos:

(...) cada um na sua respectiva qualidade, oferecem grandes, proveitosas e interessantes lições ao Mundo moderno assim como ao antigo e é que não pode haver num Estado, qualquer que ele seja, nem riqueza (...), nem segurança de

¹⁰ Expressões utilizadas nas respectivas edições dos periódicos: *Universal*, Ouro Preto, 18 de dezembro de 1826, p. 691; *Universal*, Ouro Preto, 19 de agosto de 1825, p. 57; *Universal*, Ouro Preto, 7 de setembro de 1825, p. 89; *Abelha do Itaculuny*, Ouro Preto, 12 de janeiro de 1824, p.1.

¹¹ *Universal*, Ouro Preto, 29 de agosto de 1825, p. 75-76 (grifos nosso).

prosperidade, (...) nem civilização sem haver um Governo responsável, ao qual seja obrigado a dar conta ao público (...) ¹².

Fica ainda mais claro, a partir desse fragmento, como, para o redator, o mundo antigo e o moderno estavam sujeitos às mesmas leis e verdades, o que permitiria ao presente tirar lições a partir das experiências do passado. A função exemplar da história era recorrentemente mobilizada não apenas no *Universal*, mas também em excertos de outros periódicos transcritos. Num trecho transcrito do carioca *O Diário*, apontava-se que um dos maiores problemas de povos nos quais “a instrução é limitada”, como no Brasil, era que “muito poucos indivíduos podem estar ao alcance da história do mundo para comparar o passado e o presente” ¹³. A ação de povos não instruídos estaria, assim, comprometida a partir da impossibilidade de se orientar pela história.

Por fim, é importante ressaltar como as experiências do passado mais referenciadas são aquelas da Antiguidade, representada como um período de grandeza, repleto de heróis a serem emulados. Nesse sentido, um trecho transcrito no *Universal* do periódico carioca *O Astréa* e que critica a falta de amor pátrio no mundo moderno é muito interessante. Segundo ele, a

(...) *experiência nos mostra* como não há nada mais raro no século em que vivemos [do que o amor pátrio]. Esta paixão das *grandes almas*, como lhe chama Voltaire (...) que fez com que as Repúblicas Gregas zombassem das poderosas hostes de Xerxes e sustentou os romanos nos mais apertados lances (...) tem sido pela corrupção dos costumes, e pela falta de ilustração quase banidas das nações modernas. (...) ¹⁴.

Dever-se-ia, assim, aprender com os gregos e romanos, exemplos de amor pátrio e civilização. Textos publicados no *Abelha do Itaculamy* também se apropriaram dos heróis antigos, tanto devido a sua exemplaridade, quanto de forma laudatória, como no caso do poema sobre o busto de S.M.I., enviado por um leitor e que foi publicado na sessão de correspondência do jornal. O poema titulado *Ao Busto de S.M.I* questiona o leitor:

Quem é este, em mármore esculpido?
Silêncio e admiração impõe à terra.
(...)
Heróis da Grécia e Roma desenterra;
Qual deles, dize, ocorre-te ao sentido?
(...)
Cuidas ver Antônio Sábio e Justo?
Remonta a fantasia muito acima;

¹² *Universal*, Ouro Preto, 19 de agosto de 1825, p. 57 (grifos nossos).

¹³ *Universal*, Ouro Preto, 7 de setembro 1825, p. 91 (grifos nossos).

¹⁴ *Universal*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1826, p. 907-908 (grifos nossos).

É do Brasil o Soberano Augusto.¹⁵

Percebe-se, como as referências à Antiguidade ocupavam um lugar importante nas representações e apropriações que os homens letrados faziam do passado, servindo tanto de argumento retórico quanto de argumento de autoridade, uma vez que demonstrava a erudição do redator (GUIMARÃES, 2007).

Os casos apontados anteriormente evidenciam como elementos do *topos* história mestra da vida estavam presentes na forma como o tempo histórico era experimentado. Nas narrativas dos redatores e leitores, o passado era utilizado como importante referência para se construir o futuro. Manoel Salgado Guimarães, analisando a experiência do tempo em um jornal carioca que circulou entre 1813 e 1814, *O Patriota*, chega a conclusões parecidas e que podem, em alguma medida, também ser aplicadas aos periódicos aqui analisados. O que se percebe é uma ausência de separação radical entre experiência e expectativa, uma vez que o presente parece ter “pouca autonomia em relação ao passado, grande fonte de exemplo das condutas dos homens no mundo” (GUIMARÃES, 2007, p. 71). Assim, tanto no *Abelha do Itaculmy* quanto no *Universal* estavam presentes elementos de uma concepção clássica de história, na qual, segundo Benzaquen de Araújo, o passado é narrado em função dos debates éticos que ele proporciona. Nessa concepção, a história é um “gênero frequentado pelos mais diversos autores”, “um modo de argumentar” (1988, p. 30). O regime de verdade vigente nessa forma de escrever história pertencia ao mundo dos argumentos morais, políticos e sociais, válidos por sua plausibilidade, por sua articulação com os valores cultuados no presente, e não pela confirmação de sua verdade factual, através de documentos e testemunhas (ARAÚJO, 1988).

Não é justamente esse o caso dos periódicos aqui estudados? Diferentes vivências passadas, principalmente as do mundo antigo, eram mobilizadas em função de seu poder exemplar, das lições que delas poder-se-ia retirar. A história era um argumento a favor de uma determinada política migratória, de certa relação com os Estados vizinhos, bem como da correta concepção de liberdade. Nestes casos, o conceito de história referia-se à narrativa de experiências múltiplas e não conectadas necessariamente entre si.

Essa concepção de história é perceptível em alguns termos usados em ambos os periódicos, como: “fastos da História Brasiliense”, “anais da raça humana” e “anais do universo”¹⁶. É interessante pensar como os termos “anais” e “fastos” indicam formas de se

¹⁵ *Abelha do Itaculmy*, Ouro Preto. 1 de junho de 1825, p. 259-260.

¹⁶ Expressões apareceram nos respectivos periódicos: *Abelha do Itaculmy*, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1824; *Universal*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1826 e *Universal*, Ouro Preto, 18 de dezembro de 1826.

registrar o vivido nas quais os eventos vão se acumulando sem que se busque uma lógica única para explicar possíveis relações entre eles. O importante, nesse modo de se pensar a história, era acumular e colecionar experiências que poderiam servir de exemplos e de referência, procedimento bastante diferente daquele da filosofia da história, tão em voga na Europa no mesmo período, que era o de encontrar leis e regularidades por detrás da multiplicidade dos fatos. Percebe-se assim, como nesses trechos e exemplos, o passado era mobilizado pela sua exemplaridade e pela sua capacidade de inspirar emulação.

É preciso ressaltar, no entanto, que o *topos* da tradição retórica ciceroniana convivía nos periódicos com uma experiência de aceleração do tempo e com um passado que começava a desempenhar outros papéis, além do exemplo. Seria essa convivência indício de um período de transição entre diferentes experiências do tempo? Manoel Luis Salgado Guimarães, ao perceber a permanência do *topos* história mestra da vida nas primeiras produções do IHGB, na década de 1830 e de 1840, conclui que nesses escritos conviviam diversos regimes de historicidade, bem como que o conceito moderno de história ainda não havia se tornado hegemônico (GUIMARÃES, 2006). Valdei Lopes de Araújo, por sua vez, destacou o fato de que Koselleck “empregou a palavra dissolução para se referir à situação do *topos* no contexto de modernização”, categoria que parece sugerir que “ao longo desse processo acontece uma espécie de fragmentação de uma totalidade de experiência da história que havia sido produzida ao longo de 2 mil anos” (2011, posição 2612 -2618). Nesse sentido, elementos do antigo *topos* história mestra da vida continuaram vigentes como “fragmentos e possibilidade de significação de parcelas da realidade” (ARAÚJO, 2011, posição 2618), mesmo num momento em que uma experiência moderna do tempo já se consolidava.

No caso dos periódicos aqui analisados, elementos da concepção clássica de história coexistiram com uma experiência de aceleração do tempo. Articulado à importância que as Luzes assumiram no discurso dos redatores e de muitos leitores, o conceito de progresso veiculou nos jornais a ideia de que o novo Império parecia caminhar em direção à “civilização”, à uma realidade “mais ilustrada”. Essa experiência de um tempo que começava a entrar em movimento devido às expectativas de se construir um novo e grande Império é perceptível no texto em que o redator do *Abelha* exortou os brasileiros a se unirem para não correrem o risco de caírem novamente “no jugo colonial”. Ele conclamou: “Brasileiros! Discernimento União, e mais União: consideremos como é harmoniosa a *marcha* da Natureza; e por isso *não retrocede*. – Independência ou Morte atrás nem um passo”¹⁷.

¹⁷ *Abelha do Itaculamy*, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1824, p. 18 (grifos nossos).

No mesmo periódico, foi transcrita uma carta de um coronel mineiro, que afirmava que, apesar dos esforços dos inimigos do Império, “seus planos cavilosos não farão retrogradar a *progressiva marcha* do Brasil”¹⁸. Tanto o termo “marcha” quanto o conceito de “progresso” apontam para a experiência de um presente que começa a se pensar como distinto do passado, uma vez que caminha em direção a um lugar diferente. A marcha civilizatória empreendida para se construir um império, geralmente associada à necessidade de se imitar “países ilustrados, e que tem a seu favor longa, e feliz experiência”¹⁹, fazia com que o futuro parecesse um lugar a ser alcançado e, por isso, o tempo entrava num movimento linear e progressivo.

Outro fator que configurava esse tempo que se acelera é a unificação do passado a partir do conceito de “colônia”. A tese de Araújo (2008b) de que, a partir do processo de emancipação, o passado pré-1808 foi assumindo características de despótico e opressor, bem como pensado a partir da ausência de liberdade também se aplica aos periódicos aqui analisados. Diferentes representações unificaram esse passado a partir do epíteto de colonial e o tornaram uma unidade da qual o presente tinha que se diferenciar para construir um novo futuro e para que fosse possível organizar uma unidade política independente.

É indicativa desse processo de unificação do passado a partir do conceito de “colônia” a carta do coronel de Ouro Preto, Marçal José de Araújo, que foi transcrita pelo jornal *Abelha do Itaculamy*. Para o coronel, os inimigos do Brasil pretendiam “arrojar os nossos pulsos com as vis *Cadeias da escravidão*, que tão gloriosamente despedaçamos”²⁰. No *Universal*, o passado colonial assume características bem parecidas. Um excerto transcrito do periódico *Spectador* celebrava D. João VI, afirmando que os brasileiros seriam “ultra infames” se fossem “ingratos à memória deste grande Rei, que tirou o *argolão Colonial* do pescoço do Brasil, o penacho *selvagem* de sua cabeça, e lhe pôs uma parte de sua coroa”²¹. Esses trechos evidenciam como o termo colônia foi sendo empregado de forma negativa, associado à escravidão e à humilhação, e como o período colonial foi considerado uma época sombria sob a qual o Brasil vivia sob os ditames da selvageria e não da civilização.

Outra representação recorrente nos periódicos sobre o passado colonial era a de que ele teria sido responsável pelas mazelas que o Brasil sofria naquele momento. O redator do *Abelha*, por exemplo, pensando a condição econômica do Império, chegou a afirmar que “o

¹⁸ *Abelha do Itaculamy*, Ouro Preto, 28 de janeiro de 1824, p. 30 (grifos nossos).

¹⁹ *Universal*, Ouro Preto, 15 de agosto de 1825, p. 52.

²⁰ *Abelha do Itaculamy*, Ouro Preto, 30 de janeiro de 1824, p. 35.

²¹ *Universal*, Ouro Preto, 10 de agosto de 1825, p. 43. (grifos nossos)

Brasil é em potência talvez o mais rico país do mundo, mas em ato talvez o mais pobre”. Qual o motivo dessa contradição? Ele a explicava nesses termos:

O Brasil reduzido desde a sua descoberta à estado de Colônia não convinha, que possuísse outras riquezas mais que aquelas que eram objeto da ambição de seus Senhores (...). (...) era preciso, que não reinasse, nem Arte, nem indústria, porque alias superabundaria o comércio de seus Senhores, e o Brasil se faria poderosos: o que não convinha.²²

Nesse trecho, o passado colonial é associado à exploração do país por seus Senhores que não queriam que a colônia se tornasse poderosa e que desenvolvesse outras riquezas que não as necessitadas pela metrópole. O estado de colônia implicou, nessa interpretação, uma restrição ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa mesma forma de pensar o passado colonial estava presente num trecho do *Ástrea*, transcrito pelo *Universal*. O redator do periódico carioca lamentou que “os abusos de dois séculos não podem extirpar-se em dois dias”, uma vez que “a natureza na ordem moral, segue a mesma regra da ordem física; - não faz nada de solto; a sua marcha é sempre compassada e medida”. O texto concluía, assim, que a tarefa de “Regeneração desta complicada maquina social”, referindo-se ao Império Brasileiro, seria demorada e complexa²³.

Ambos os trechos apontam para uma interpretação do passado brasileiro que culpabilizava o passado colonial pelos problemas do presente, sejam esses de natureza econômica, moral ou civilizacional. É importante pensar como, em apenas alguns anos após o processo de Independência, esse tipo de interpretação consolidou-se. Os termos “passado colonial” e “colônia” foram presença constante na historiografia brasileira do século XIX, mas também nas teses de muitos dos chamados pensadores sociais brasileiros do início do século XX²⁴. Percebe-se, desse modo, como, desde os primeiros anos do Império Brasileiro, o passado pré-1808 foi se unificando como colonial e sendo identificado como um lugar de origem, no qual o destino do Brasil já estaria delimitado. Não é essa a ideia presente no argumento de que as mazelas econômicas do Império brasileiro são resultado direto e necessário do passado colonial? Essa chave interpretativa teve longa duração no pensamento

²² Abelha do Itaculmy, Ouro Preto, 28 de abril de 1824, p. 188.

²³ Universal, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1826, p. 908.

²⁴ Alguns exemplos de pensadores sociais brasileiros que interpretaram o país a partir de suas origens coloniais podem evidenciar essa permanência. Manoel Bomfim, por exemplo, em *América Latina: males de origem*, afirmou que as mazelas dos países latinos vinham da herança ibérica adquirida a partir da colonização e perpetuados ao longo do tempo graças a educação e ao conservantismo. Caio Prado Júnior associou o lugar periférico da economia brasileira no mercado internacional ao período colonial. Sergio Buarque de Holanda também atribui uma importância central à experiência colonial para a configuração do caráter cordial do brasileiro.

histórico-social brasileiro e acreditamos que ela já começava a se delimitar na primeira metade do XIX.

Por fim, o trecho transcrito no *Universal* do periódico *Ástrea* e trabalhado anteriormente nos permite pensar uma última questão em relação à experiência do tempo nos periódicos. O redator afirmou a necessidade de um processo de *regeneração* no Brasil que não seria feito repentinamente, pois a natureza teria uma marcha sempre compassada e medida. Esse posicionamento revela uma negação de projetos de mudança radical, que rompessem de forma definitiva com o passado. Toda e qualquer alteração precisaria seguir um ritmo lento e controlado para que a ordem fosse preservada. Essa ideia se repete em ambos os periódicos e se conjuga com a rejeição da revolução como forma válida de se construir o novo império, sendo que, nas vezes em que esse conceito aparece, ele tem um significado negativo e ameaçador.

Ao elogiar a Santa Aliança formada na Europa em 1815, o redator do *Abelha do Itaculúmy*, por exemplo, afirmou que o principal objetivo da instituição era manter a paz e o sossego das nações contra “a invasão dos princípios revolucionários, que tantas e tão repetidas vezes tem dilacerado o mundo”²⁵. Nesse trecho, revolução assume o significado de dissolução da ordem social, de ameaça à paz e ao sossego das sociedades.

Os revoltosos pernambucanos, que desde 1823 se voltavam contra as ordens e medidas da Corte, são também denominados de revolucionários. Num extrato de uma carta particular que supostamente vinha de Recife, afirmava-se que:

Continuamos a estar aqui sobre um verdadeiro vulcão, e em véspera de todos os dias de vermos estalar a Guerra Civil. O *Governo Revolucionário* (pois já se lhe não pode dar outro nome) do Recife vai redobrando as suas *prepotências e vexações* (...), e parece se resolveu a não empregar outro meio de Governar se não o *terrorismo*. Nota-se porém que, em quanto vai o seu *despotismo* aumentando (...) vai também a sua influência diminuindo gradualmente no interior da Província²⁶.

Nesse caso, o termo “revolucionário” é associado a outros como “despotismo” e “terrorismo”. O receio de dissolução da ordem social fica evidente: a revolução que se pretendia fazer em Pernambuco estaria prestes a causar uma guerra civil. O trecho é um bom exemplo da forma como o conceito de revolução foi amplamente mobilizado nos periódicos para deslegitimar qualquer projeto político que não fosse o liberal conservador, ou seja, a monarquia constitucional, com concentração de poder na mão do imperador. Essa estratégia de depreciação é também adotada pelo redator do *Universal*, que criticou as medidas tomadas

²⁵ Abelha do Itaculúmy, Ouro Preto, 25 de maio de 1825, p. 249.

²⁶ Abelha do Itaculúmy, Ouro Preto, 21 de abril de 1824, p. 175 (grifos nossos).

pelo governo argentino em relação à questão da província da Cisplatina declarando que não era possível acreditar que “o Governo de Buenos Aires (...) se preste a proteger *medidas revolucionarias improprias de Governos civilizados*”²⁷. Revolução, aqui, é o oposto de civilização, é um caminho inapropriado para os países que querem seguir em direção às Luzes.

Os casos analisados acima dialogam com a tese formulada por Araújo e Pimenta de que a reação conservadora à Revolução Francesa e às invasões napoleônicas limitou “a recepção do moderno conceito de revolução”, dando nova vida a formas também “conservadoras de experimentar o processo histórico, apegadas ao passado, do que é sintoma a centralidade dos conceitos de regeneração e restauração” (2009, p. 132). Essa hipótese se aplica muito bem aos periódicos aqui pesquisados, uma vez que, apesar de haver uma aceleração do tempo, a experiência desempenha um papel fundamental para se pensar um futuro viável. Assim, nas diferentes narrativas e vozes veiculados nos jornais, qualquer porvir que ignorasse a experiência e suas sábias lições estava condenado a cair na anarquia da revolução ou na demagogia da democracia. A ilustração só seria possível se o futuro tivesse como referência o passado e seus exemplos.

Entre a pátria e a nação: identidades coletivas para se configurar o tempo

Um outro par de conceitos que aparece com frequência nos periódicos são os de nação e pátria. Tanto no *Universal* quanto no *Abelha* há uma dissonância entre esses dois termos, sendo que o primeiro se refere, em todos os casos em que aparece, ao Império Brasileiro, e o segunda à Província de Minas Gerais. Como aponta Almeida, na imprensa mineira do Primeiro Reinado, esteve muito presente um “vocabulário político ligado à semântica do patriotismo” que buscou atribuir “uma suposta identidade ao povo de Minas”, construindo um discurso que desqualificava e deslegitimava outros projetos políticos” (2008, p. 31-32), principalmente o pernambucano.

O redator do *Universal*, já na primeira edição afirmou que Minas Gerais era “a maior Província do Império”. O tom elogioso estava presente também no primeiro número do *Abelha*, no qual o redator agradeceu à Providência, que muito vinha abençoando os mineiros. Em seguida, ele buscou explicar esse destino bem-aventurado da Província:

Talvez a benigna temperatura de seu clima doce, queiram os filósofos atribuir o gênio ativo, e bem-intencionado de seus habitantes. Como quer que seja, os acontecimentos têm desmentido alguns prognósticos tristes, que a respeito da nossa

²⁷ *Universal*, Ouro Preto, 22 de agosto de 1825, p. 61-62 (grifos nossos),

Pátria (...). Está incontestavelmente demonstrado, que o germe da Anarquia não vinga no Solo de Minas Gerais. Independência política, Imperador Constitucional, e integridade do Império eis os grandes objetivos, que ocupam os ânimos, e os corações dos briosos Geralistas²⁸.

Nesse trecho, o editor, além de atribuir uma série de qualidades para os “geralistas”, identificou a província à defesa da ordem monárquica constitucional. Busca-se construir, dessa forma, uma identidade coletiva para as Minas que se adequasse ao projeto político liberal moderado. É em consonância com essa tentativa de delimitar e configurar essa identidade, que a Província é descrita em ambos os periódicos como antítese das províncias do Norte (ALMEIDA, 2008, p. 140). Como demonstrado acima, as revoltas Pernambucanas foram desqualificadas como revolucionárias, termo empregado de forma pejorativa. O projeto republicano, predominante em Pernambuco e na Confederação do Equador, foi sistematicamente deslegitimado em ambos os periódicos.

Um excerto transcrito do periódico *Estrela no Abelha do Itaculmy* chegou a constatar que o “Governo Republicano-Democrático é absolutamente *incompatível com os estados da Luzes*”²⁹. Nesse trecho, mas também em outros de ambos os periódicos, os conceitos de república e democracia são vistos como sinônimos. Segundo Starling e Lynch (2014), essa tendência de se pensar a república como um governo democrático tomou forma e se consolidou no espaço brasileiro com a chegada das notícias da Revolução Constitucionalista do Porto e da proclamação da liberdade de imprensa. A partir de então, o conceito de república que prevaleceu foi “aquele que o fazia sinônimo de democracia ou governo popular eletivo” (STARLING; LYNCH, 2014, p. 196). O termo federalismo ou federal também acompanhou o conceito de república em muitas das vezes em que ele apareceu nos periódicos. Nesse sentido, Starling e Lynch (2014) apontam como, ao longo da década de 1820, havia uma clara associação entre os termos república, democracia e federalismo, quase como se eles fossem intercambiáveis e apontassem para o mesmo projeto político.

Nos periódicos, esses três conceitos são mobilizados ao lado de termos como desvario, mentira, falsidade e os republicanos foram caracterizados como doidos ou demagogos. Num trecho do *Universal*, esse tipo de depreciação e de significação que o conceito de república assumiu entre os liberais-moderados fica bem evidente. Nele o redator informava aos leitores sobre as últimas notícias de Pernambuco da seguinte maneira:

Os excessos revolucionários de certas Províncias do Norte do Brasil, originados naquela confederação do Equador (...); aqueles desvarios, aquelas vertigens

²⁸ Abelha do Itaculmy, Ouro Preto, 12 JAN. 1824, p. 2.

²⁹ Abelha do Itaculmy, Ouro Preto, 28 JAN. 1824, p. 32 (grifos nossos).

republicanas, que tiraram o sono, e o dinheiro de tantos proprietários, a tantos negociantes, e a tantos homens quietos e pacíficos, impediram as eleições dos Deputados e Senadores, e tem retardado a reunião da Assembleia Geral, ou Corpo representante do Brasil³⁰.

Nesse texto, a República, além de ser apresentada como uma vertigem, ou seja, uma falsa promessa, simplesmente irrealizável, é associada ao termo revolução que, como visto anteriormente, assume um sentido ameaçador, de um empecilho que retarda a marcha rumo ao progresso.

A ideia da falsidade e dos excessos do republicanismo se repetiu algumas vezes em ambos os periódicos. Um outro exemplo é uma carta publicada na sessão de correspondência do *Abelha do Itaculamy*, na qual um correspondente da Bahia afirmava que:

Os Homens de bem, todos os verdadeiros Brasileiros amigos da Independência, da felicidade, e do sossego (...) combatem animosos aos *Republicanos-Federalistas* e outra qualquer casta de *insensatos ou malvados* que com o nome da Liberdade na boca nos querem arrastar num abismo da desgraça³¹.

Além da falsidade e da insensatez do projeto republicano, esse trecho revela como, no discurso liberal-conservador, o republicanismo tinha como um dos seus perigos centrais uma concepção de liberdade errônea, enganadora. Nas palavras do redator do *Universal*, essa “perigosa noção de liberdade [que] houve já em Pernambuco”³², levaria necessariamente ao horror, à carnificina, à instabilidade política.

Em contraposição aos desvarios republicanos, Minas é representada como lugar da moderação e do patriotismo, bem como da lealdade ao Imperador e, principalmente, à monarquia constitucional. A ideia de moderação e do justo meio foi muito mobilizada por ambos os periódicos, sendo que, para eles, um dos extremos políticos seria o absolutismo e o outro o republicanismo. Dessa forma, os redatores representam os mineiros como os súditos mais fiéis ao Império, dotados de uma concepção justa e certa de liberdade: a antítese exata de Pernambuco.

No entanto, é preciso ressaltar que as adesões ao Império e ao monarca se davam sempre ressaltando a grandiosidade de Minas Gerais, de forma a reivindicar para a província um lugar central na ordem política nascente. Essa reivindicação é justificada nos periódicos principalmente a partir da história da Província, que é mobilizada tanto para engrandecer Minas e seus habitantes, quanto para comprovar a importância que os “geralistas” sempre

³⁰ *Universal*, Ouro Preto, 17 de agosto de 1825, p. 54 (grifos nossos).

³¹ *Abelha do Itaculamy*, Ouro Preto, 29 de março de 1824, p. 134 (grifos nossos).

³² *Universal*, Ouro Preto, 7 de setembro de 1825, p. 92.

tiveram na defesa do bem comum de todos os brasileiros e na manutenção da ordem e da união no território do Brasil.

Essa construção de um passado glorioso para a Província é perceptível numa proclamação do governo da Província transcrita no *Abelha do Itaculomy*, na qual convocava-se os “intrépidos mineiros” para servir os Corpos de Linha da Corte. Afirmava-se que essa era a oportunidade de jovens mineiros “ostentar que são filhos dos que romperam Matas, arrostaram feras e escalaram montanhas para encontrar preciosos metais e lúcidas pedras”. A proclamação, em seguida, lembrava aos mineiros os serviços que a Província prestara ao Brasil até então:

(...) vemos auxílios pecuniários oferecidos voluntariamente, e com sacrifícios, desde a fundação do Governo; e hoje [Minas Gerais] é a Província que mais concorre para o Tesouro Público: se olhamos pelo lado das Artes, e das Ciências, admiramos sempre uma capacidade de compreender, (...) uma viveza inquieta, que está requerendo uma direção e impulso para avançar muito em pouco tempo: talvez nenhuma Província tenha produzido tantos e tão variados talentos. O mesmo observamos na Carreira Militar (...). Seus habitantes [os mineiros] se aplicam com maior assiduidade aos diferentes trabalhos (...): as riquezas estão mais regularmente repartidas (...). Os casamentos são mais frequentes (...) e a moral ainda se conserva menos corrompida. Além de que a doçura do clima, e uma *perspective* grotesca de Serras rasgadas pela teima dos Mineiros, cujos escavados atestam aos filhos as duras empresas dos Pais, inspiram um não sei o que de altivo, temperado de afabilidade (...) que facilmente sinala os caracteres dos Geralistas³³.

Esse longo trecho é um dos que melhor evidencia o lugar que a história da província ocupou nos periódicos e, por isso, julgamos necessário transcrevê-lo. Nele percebe-se a tentativa de se delimitar uma identidade mineira a partir da história da província. Nesse sentido, os seus habitantes possuem determinadas características que lhes acompanharam desde os tempos em que as Minas Gerais começaram a ser ocupadas. Narra-se um passado de bravura e heroísmo que remete o leitor aos primeiros homens que desbravaram a região, supostamente com coragem, enfrentando feras e matas desconhecidas. Constante na proclamação é a ideia de que os geralistas sempre foram fundamentais para o Brasil. Os mineiros deram sua contribuição para o bem de todos os brasileiros, contribuição essa de natureza militar, intelectual e artística. Assim uma identidade foi conferida aos habitantes das Minas, atribuída ao clima, mas também aos exemplos legados pelos antepassados. E é justamente essa identidade, bem como o passado glorioso, que eram mobilizados para que a Província fosse reconhecida como um ator fundamental no novo jogo político e pudesse ocupar um papel no Império considerado digno de sua história.

³³ *Abelha do Itaculomy*, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1824, p.22.

Muito diferente desse sentimento de pertencimento à Província era a relação dos redatores e dos leitores com a nação. Não se vê nenhuma tentativa de definição de uma identidade nacional, sendo que o redator do *Universal* se refere à nação a partir do termo “povos do Império”³⁴, o que indica a ideia de que uma população com características plurais que se uniu para formar a nova unidade política. Além disso, o Brasil é descrito, também no *Universal* como uma “Nação, que começa a sair de seu novo berço”³⁵. Fica evidente como o sentimento de pertencimento local era de natureza bem diferente do de pertencimento nacional, uma vez que o Brasil enquanto nação estava começando a ser pensado e apenas por setores bem específicos das elites letradas, aquelas ligadas ao projeto político da Corte.

Essa dissonância entre os conceitos de pátria e nação indica uma incipiente ou quase inexistente identidade nacional, bem como a fragilidade do projeto imperial e dos laços que ligavam as diversas províncias e a Corte. Essa fragilidade tornou-se questão central no Primeiro Reinado, com as Guerras de Independência e com a Confederação do Equador, e, posteriormente, no período das Regências, com os diversos movimentos separatistas e que reivindicavam projetos políticos distintos como a Farroupilha, Sabinada, etc. Assim, concordamos com José Murilo de Carvalho quando ele afirma que a identificação emotiva era com a província, o Brasil era antes uma construção política, um ato antes movido pela mente do que pelo coração (CARVALHO apud ALMEIDA, 2008, p. 128). Essa dissonância entre os conceitos confirma a tese de Marco Pamplona de que somente a partir de meados do século XIX os termos pátria e nação passam a se aproximar e a serem, cada vez mais, sinônimos (PAMPLONA, 2014).

Conclusão

Este artigo buscou, a partir da investigação dos conceitos de “colônia” e “revolução”, pensar a experiência do tempo e as concepções de história presentes nos periódicos *Abelha do Itaculamy* e *Universal*. Conclui-se que coexistiu nos jornais uma concepção plural do passado, que focava na multiplicidade de experiências que não apresentavam necessariamente uma conexão entre si, com um passado que começava a ser pensado no singular, a partir da alcunha de colonial. Para se argumentar sobre um determinado posicionamento político ou para se aconselhar e ilustrar as elites governantes, a história era vista como uma grande fonte de exemplos a ser mobilizada. Por outro lado, quando se pensava no futuro do Império e na sua necessidade de se afirmar como autônomo e diferente de Portugal, uma concepção de

³⁴ *Universal*, Ouro Preto, 17 de agosto de 1825, p. 53.

³⁵ *Universal*, Ouro Preto, 29 de agosto de 1825, p. 75.

história, singular e processual, passou a ser mais adequada. No entanto, mesmo no último caso, a distância entre expectativa e experiência não foi o suficiente para se instaurar um tempo revolucionário. Essa convivência de diferentes formas de experimentar o tempo aponta para a complexidade da relação entre experiência e expectativa, que se modifica de forma processual e lenta, mesmo diante das transformações políticas. Além disso, é fundamental considerarmos o posicionamento político dos jornais para se pensar a forma como eles se apropriavam do passado: o fato de ambos serem liberais-moderados é um fator importante para explicar a rejeição de projetos revolucionários e a valorização das experiências do passado.

Pode-se concluir também que identidades coletivas coexistiam e negociavam entre si na forma como a elite letrada mineira pensava a si mesma e à sua província. Construções identitárias coletivas geralmente envolvem expectativas de futuro, mas também representações do passado e construções de memórias que permitam um grupo se localizar no tempo e agir no presente. No *Universal* e, de forma mais explícita, no periódico *Abelha do Itaculamy*, foi possível perceber como o passado mineiro foi representado de forma a reivindicar um lugar para a Província na nova ordem política. No caso da identidade do Império nascente, configurou-se uma memória do seu passado, qualificado como colonial, associada à escravidão e à opressão.

Outro fator central nas construções identitárias é a alteridade, o outro do qual o eu quer se diferenciar. Nos jornais pesquisados esse outro, combatido e depreciado, foram os projetos republicanos, que propunham concepções de liberdade e de participação política distintas daquelas presentes nos projetos liberais-moderados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Raphael Rocha. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____. A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. *Revista de História (USP)*, v. 159, p. 107-134, 2008b.

_____. Sobre a permanência da expressão *historia magistral vitae* no século XIX brasileiro. In: *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. _____. MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando Felizardo (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, Ebook, versão Kindle.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita histórica no Brasil oitocentista. In: _____. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 68-85.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de *O Patriota*. In: LORELAI, Kury (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

MENDES, Jairo Faria. Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas. In: III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2005. Anais (on-line). Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1?b_start:int=100.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCÓSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

NEVES, Lucia Bastos Pereira. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa. (coord.). *Crise colonial e independência: 1808-1830*, volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

PAMPLONA, Marcos A. Pátria. In: JÚNIOR. João Feres. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. 2ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PIMENTA, João Paulo G; ARAÚJO, Valdei Lopes. História. In: JÚNIOR. João Feres. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

REZENDE, Irene Nogueira de. O Universal: um jornal mineiro no tempo da regência (1825-1842). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. República/Republicanos. In: JÚNIOR. João Feres. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. 2ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Recebido em: 03/02/2017

Aprovado em: 26/10/2017